TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CONTRATO TSE N.º 27/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

O **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7, Lotes 1 e 2, Brasília/DF, CNPJ nº 00.509.018/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA**, Senhor **RODRIGO CURADO FLEURY**, portador da Carteira de Identidade nº 665.058 SSP/DF, CPF nº 238.562.701-91, e, de outro lado, a empresa **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**, sediada na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos nº 105, 6º ao 21º andares, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila Franscisco, CEP 04.711-904, São Paulo/SP, CNPJ nº 29.309.127/0001-79, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelas **PROCURADORAS**, Senhora **GLACIENE BANDEIRA SERRA**, portadora da Carteira de Identidade nº 1.506.115 SSP/DF e CPF nº 647.821.071-53, e **LISANDRE PAULO E LEITÃO**, portadora da Carteira de Identidade nº 1.881.530 SSP/DF e CPF nº 647.666.911-72, têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL AOS BENEFICIÁRIOS DO TSE,** sob a regência das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, de acordo com o Procedimento Administrativo nº 2017.00.000012146-9, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de assistência à saúde, para ministros, juízes auxiliares, servidores e seus beneficiários (lote 1), por meio de operadora de plano privado de assistência à saúde ou de operadora de seguro privado de assistência à saúde, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei n.º 9.656/1998, em todo o território nacional, compreendendo atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, em enfermaria e apartamento individual com banheiro privativo, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, aos beneficiários regularmente inscritos no Tribunal Superior Eleitoral, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, de acordo com as especificações, condições e prazos constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, modalidade pregão, na forma eletrônica e proposta da **CONTRATADA**, que passa a fazer parte deste instrumento, independentemente de transcrição, no que não conflitar com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA
DOS BENEFICIÁRIOS

Serão beneficiários dos serviços para fins do presente contrato, sem limites de idade:

Para o Lote 1:

1. Titulares:

a.1) ministros;

a.2) juízes auxiliares; e

a.3) servidores ativos e inativos do TSE, ocupantes de cargos comissionados sem vínculo com a Administração Pública, servidores requisitados, removidos e em exercício provisório no TSE.

2. Dependentes:

b.1) Dependentes legais:

I – cônjuge ou companheiro que mantenha união familiar estável; e

II – filho e/ou enteado cuja guarda e responsabilidade sejam do cônjuge ou companheiro do beneficiário titular, até vinte e um anos, e os inválidos de qualquer idade, enquanto durar a invalidez.

b.2) Dependentes econômicos, de acordo com a regulamentação do Tribunal:

I – ex-cônjuge ou ex-companheiro, enquanto perceber pensão alimentícia;

II – filhos e enteados, quando estudantes e com idade entre vinte e um e vinte e quatro anos;

III – menores tutelados ou sob guarda judicial;

IV – pai ou padrasto e ou mãe ou madrasta

V – pessoa inválida.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA EXECUÇÃO

A execução do objeto do presente contrato, sob o regime de empreitada por preço unitário, será realizada com a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste contrato, por meio dos credenciados da **CONTRATADA** inscrita no CNPJ nº 29.309.127/0001-79, segundo as condições estabelecidas no Edital de Licitação TSE nº 6/2018, no seu Anexo I e na proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**:

1. Relacionará os beneficiários, quando do início da vigência deste contrato, com todos os dados necessários para fins de cadastramento.

2. Informará, por escrito e mensalmente, à **CONTRATADA**, as inclusões, exclusões e alterações de plano, de beneficiários, bem como os casos de perda, por qualquer motivo, do direito ao atendimento, sem prejuízo da movimentação encaminhada via "on line".

3. Promoverá, por intermédio de servidores designados das áreas médica e administrativa, frequentes avaliações trimestrais da manutenção da capacidade operacional da **CONTRATADA**, descrita no item 3.5 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, em especial de suas reais condições de execução dos serviços objeto desta contratação, bem como o acompanhará e fiscalizará os serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências à Secretaria de Administração, com vistas à adoção das medidas que se façam necessárias.

4. Recolherá e devolverá, sempre que possível, na ocasião da exclusão de beneficiário, assim como no caso de rescisão contratual, as respectivas carteiras de identificação, bem como qualquer documento análogo, fornecido pela **CONTRATADA**.

5. Prestará as informações e os esclarecimentos que porventura venham a ser solicitados.

6. Designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual.

7. Efetuará o pagamento à **CONTRATADA**, segundo as condições estabelecidas na Cláusula Oitava deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Prestar os serviços a partir de 1º/05/2018, aos beneficiários cadastrados pelo TSE e proceder às inclusões posteriores e às exclusões de acordo com o item 3.9. do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018.

2. Assegurar aos beneficiários do TSE os serviços, de acordo com as condições correspondentes a cada plano, conforme estabelecido no Capítulo 3 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018.

3. Atender aos beneficiários, dentro do território nacional, em todas as especialidades e procedimentos relacionados no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, desde que estejam identificados como tal.

4. Fornecer, gratuitamente, aos beneficiários do TSE, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da solicitação de inclusão, as carteiras de identificação, válidas nacionalmente, constando o plano a que pertence, cuja apresentação acompanhada de documento de identidade, assegurará aos beneficiários os direitos e vantagens decorrentes do contrato.

4.1. Emitir, no caso de inclusão de beneficiário, autorização ou cartão de identificação provisório, de imediato, encaminhando-a à Seção de Gestão de Benefícios do TSE, com vigência a partir da data da admissão do beneficiário no plano.

4.2. Em caso de extravio da Carteira de Identificação, exceto por roubo, furto, incêndio ou enchente, devidamente comprovados, o custo da emissão de nova carteira, aprovado previamente pelo **CONTRATANTE**, será assumido na sua integralidade pelo beneficiário junto à **CONTRATADA**;

4.3. Nos casos excetuados no subitem anterior, o beneficiário fica isento da responsabilidade de ressarcir os prejuízos que vierem a ser causados, ficando a cargo da contratada o custo de emissão da nova carteira, desde que o fato seja comunicado ao TSE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do evento.

5. Realizar atendimento tanto no Distrito Federal quanto nas demais localidades do território nacional, sendo no mínimo, em todas as capitais dos Estados, em consultórios,

hospitais, clínicas, laboratórios disponibilizados em rede própria, indicada, credenciada, referenciada, conveniada (ou outro instrumento afim), sem limites de utilização, inclusive UTI e internações em geral, ficando a **CONTRATADA** obrigada a cobrir todas as despesas com a realização da assistência proposta, devendo, ainda, apresentar toda a abrangência mínima de cobertura, descrita no Capítulo 3 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas.

6. Oferecer, no plano de Padrão III, reembolso de consulta no sistema de livre escolha, e nos planos de Padrão IV e V, reembolso no sistema de livre escolha, de consultas, exames, procedimentos, honorários médicos, despesas hospitalares e demais serviços previstos no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, de acordo com o contido nas tabelas praticadas por ela, observando-se as condições estabelecidas no item 3.6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018.

6.1. Respeitadas as determinações da ANS, caberá aos beneficiários de todos os planos reembolso integral, ou seja, de 100% (cem por cento) das despesas efetuadas com consultas, exames, honorários médicos e serviços hospitalares, com medicamentos e materiais utilizados durante o período de internação e com as demais taxas hospitalares, nas seguintes hipóteses:

a) despesa efetuada nas localidades em que a **CONTRATADA** não dispuser de rede médico-hospitalar, laboratorial e serviços complementares ao diagnóstico e terapia, credenciada, referenciada ou própria;
b) em situações de greve, paralisações ou outras que impeçam o atendimento pela rede própria, referenciada ou credenciada da **CONTRATADA**;

c) nos casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização dos serviços na rede própria, credenciada ou referenciada da **CONTRATADA**, aqueles como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizados em declaração do médico assistente, devendo, posteriormente, ser avaliada pela unidade de saúde do TSE;

6.2. Quando ocorrer indisponibilidade do serviço na rede credenciada ou referenciada da **CONTRATADA**, ou suspensão de atendimento por parte da **CONTRATADA** em qualquer localidade, será assegurado o reembolso integral da despesa realizada pelo usuário, mediante apresentação dos comprovantes originais.

7. Proceder sempre que necessário, à atualização da relação de credenciados, devendo constar os novos credenciamentos, os descredenciamentos e as mudanças de endereços de médicos, clínicas e demais serviços de saúde do cadastro de credenciados.

8. Garantir a continuidade dos serviços que vinham sendo prestados pela anterior contratada, aos beneficiários internados ou em tratamento, exceto domiciliar, quando do início da vigência deste contrato, cuja interrupção venha a prejudicar sua recuperação, observando as seguintes hipóteses:

a) pacientes passíveis de remoção (com base em parecer de médico especialista): serão transferidos para estabelecimentos credenciados à nova **CONTRATADA**;

b) pacientes com impossibilidade de remoção: caberá à nova **CONTRATADA** o custeio integral até o final do tratamento ou até que seja possível a transferência do usuário para um hospital credenciado;

c) pacientes em tratamento de patologias graves, incluindo neoplasia maligna e outros em que a mudança do médico assistente importe grave dano ao paciente, após avaliação da Junta Médica constituída conforme item 6.6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018: haverá o custeio integral do tratamento

pela nova **CONTRATADA** até o seu encerramento, inclusive quanto aos honorários médicos;

9. Credenciar hospitais, médicos e serviços auxiliares sempre com o objetivo de melhoria da qualidade de atendimento aos beneficiários, sendo facultado ao TSE indicar hospitais, médicos e serviços auxiliares, a qualquer tempo para serem credenciados a critério da **CONTRATADA**.

10. Colocar a disposição do TSE um sistema informatizado que possibilite, via internet, o encaminhamento da movimentação diária e mensal dos beneficiários.

11. Manter a rede de atendimento credenciada, referenciada ou própria em número igual ou superior ao apresentado no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, e, caso haja descredenciamento de qualquer profissional, hospital, casa de saúde, clínica, laboratório ou centro radiológico, credenciar outro de mesmo porte e com a mesma capacitação técnica, abrangência e número de leitos, segundo os critérios estabelecidos pela ANS.

11.1. Nos casos de descredenciamento, a **CONTRATADA** deverá garantir a continuidade dos serviços prestados aos beneficiários internados ou em tratamento hospitalar, nos moldes do estabelecido no item 5 desta Cláusula.

12. Encaminhar mensalmente ao TSE, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços prestados, listagem atualizada dos beneficiários cadastrados, constando os seguintes itens: nome e matrícula do titular e respectivos dependentes, data de nascimento e o plano em que estão inscritos, bem como, trimestralmente, extratos de utilização do plano por especialidade e titular e relatórios de sinistralidade, observado o sigilo médico.

12.1. Os relatórios de sinistralidade e os extratos de utilização deverão ser encaminhados conforme disposto no item 3.8 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018.

13. Cumprir os períodos de carência estabelecidos no item 3.10 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018.

14. Assegurar aos beneficiários do TSE, sempre que houver indisponibilidade de leito nos hospitais ou clínicas próprios ou credenciados da **CONTRATADA**, acomodação em outro estabelecimento de qualidade igual ou superior, sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**.

15. Assegurar a remoção, por meio de reembolso ou serviço credenciado, do beneficiário hospitalizado, via terrestre, conforme disposto no item 3.2.7 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, para outro estabelecimento hospitalar dentro do território nacional, sempre que necessário e recomendado por relatório feito pelo médico do paciente, sem qualquer ônus adicional ao **CONTRATANTE**. Caso não seja viável a remoção terrestre, mediante solicitação e justificativa do médico assistente, a mesma poderá ser feita, em último caso, por via aérea, exclusivamente por prestador autorizado pela **CONTRATADA**.

16. Assegurar aos beneficiários dependentes com idade entre 21 (vinte e um) e 24 (vinte quatro) anos, que porventura percam a condição de estudante, o direito de, ao readquiri-la, retornar à situação de beneficiário dependente.

17. Apresentar autorização de exames e procedimentos eletivos, bem como cirurgias, nos prazos máximos estabelecidos nas legislações vigentes.

18. Responder, impreterivelmente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, quaisquer questões relativas a este contrato.

19. Providenciar a correção das deficiências nos serviços contratados, apontadas pelo TSE, em até 10 (dez) dias corridos, contados da notificação, ou apresentar justificativas

para impossibilidade de atendimento no prazo estipulado, a serem avaliadas pela Administração.

20. Executar, com observação dos prazos e exigências, as obrigações constantes do objeto deste contrato.

21. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018.

22. Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

23. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos de qualquer forma ou prestadas pelo **CONTRATANTE**, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros, bem como a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato.

24. Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.

25. Manter, durante toda a vigência do contrato, a qualidade na prestação dos serviços especificados no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018.

26. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

26.1. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto do contrato.

27. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**.

28. Fornecer e manter atualizada tabela de referência da **CONTRATADA**, a qual será utilizada para fins de reembolso das despesas realizadas, nos casos de livre escolha de profissionais.

29. Atender aos beneficiários, dentro do território nacional, em todas as especialidades e procedimentos relacionados no presente Termo de Referência, desde que estejam identificados como tal.

30. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução dos serviços objetos do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018.

31. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

31.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a **CONTRATADA** terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

32. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a responsabilidade pela execução dos serviços, objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA
DO PREÇO CONTRATUAL

O valor unitário mensal, por faixa etária e por plano, a ser pago à **CONTRATADA**, são os constantes das tabelas abaixo, atualizados com o último preço ofertado no pregão, sendo de R$ 19.227.540,56 (dezenove milhões, duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos) o valor estimado deste contrato.

PLANO PADRÃO I						
Item	Faixa Etária	Valor unitário Mensal	Valor unitário Anual	Valor médio unitário anual	Total de Beneficiários	Média Anual
1	0 a 18 anos	R$ 228,43	R$ 2.741,16			
2	19 a 23 anos	R$ 282,19	R$ 3.386,28			
3	24 a 28 anos	R$ 354,44	R$ 4.253,28			
4	29 a 33 anos	R$ 399,89	R$ 4.798,68			
5	34 a 38 anos	R$ 435,59	R$ 5.227,08	R$ 6.784,32	228,00	R$ 1.546.824,96
6	39 a 43 anos	R$ 477,68	R$ 5.732,16			
7	44 a 48 anos	R$ 566,31	R$ 6.795,72			
8	49 a 53 anos	R$ 684,60	R$ 8.215,20			
9	54 a 58 anos	R$ 873,99	R$ 10.487,88			
10	59 anos ou mais	R$ 1.350,48	R$ 16.205,76			
PLANO PADRÃO II						
11	0 a 18 anos	R$ 298,08	R$ 3.576,96			
12	19 a 23 anos	R$ 368,24	R$ 4.418,88			
13	24 a 28 anos	R$ 462,53	R$ 5.550,36			
14	29 a 33 anos	R$ 521,83	R$ 6.261,96			
15	34 a 38 anos	R$ 568,42	R$ 6.821,04	R$ 8.853,11	1.638,00	R$ 14.501.390,90
16	39 a 43 anos	R$ 623,35	R$ 7.480,20			
17	44 a 48 anos	R$ 738,99	R$ 8.867,88			
18	49 a 53 anos	R$ 893,36	R$ 10.720,32			
19	54 a 58 anos	R$ 1.140,50	R$ 13.686,00			
20	59 anos ou mais	R$ 1.762,29	R$ 21.147,48			
PLANO PADRÃO III						
21	0 a 18 anos	R$ 355,46	R$ 4.265,52			
22	19 a 23 anos	R$ 439,13	R$ 5.269,56			
23	24 a 28 anos	R$ 551,57	R$ 6.618,84			
24	29 a 33 anos	R$ 622,28	R$ 7.467,36			
25	34 a 38 anos	R$ 677,84	R$ 8.134,08	R$ 10.557,37	176,00	R$ 1.858.097,47
26	39 a 43 anos	R$ 743,35	R$ 8.920,20			
27	44 a 48 anos	R$ 881,25	R$ 10.575,00			
28	49 a 53 anos	R$ 1.065,34	R$ 12.784,08			
29	54 a 58 anos	R$ 1.360,05	R$ 16.320,60			
30	59 anos ou mais	R$ 2.101,54	R$ 25.218,48			
PLANO PADRÃO IV						
31	0 a 18 anos	R$ 469,71	R$ 5.636,52			
32	19 a 23 anos	R$ 580,26	R$ 6.963,12			
33	24 a 28 anos	R$ 728,83	R$ 8.745,96			
34	29 a 33 anos	R$ 822,28	R$ 9.867,36			
35	34 a 38 anos	R$ 895,70	R$ 10.748,40			
36	39 a 43 anos	R$ 982,25	R$ 11.787,00	R$ 13.950,49	75,00	R$ 1.046.286,90
37	44 a 48 anos	R$ 1.164,48	R$ 13.973,76			
38	49 a 53 anos	R$ 1.407,74	R$ 16.892,88			
39	54 a 58 anos	R$ 1.797,18	R$ 21.566,16			
40	59 anos ou mais	R$ 2.776,98	R$ 33.323,76			
PLANO PADRÃO V						
41	0 a 18 anos	R$ 712,09	R$ 8.545,08			
42	19 a 23 anos	R$ 879,69	R$ 10.556,28			
43	24 a 28 anos	R$ 1.104,93	R$ 13.259,16			
44	29 a 33 anos	R$ 1.246,60	R$ 14.959,20			
45	34 a 38 anos	R$ 1.357,91	R$ 16.294,92	R$ 21.149,26	13,00	R$ 274.940,33
46	39 a 43 anos	R$ 1.489,12	R$ 17.869,44			
47	44 a 48 anos	R$ 1.765,38	R$ 21.184,56			
48	49 a 53 anos	R$ 2.134,16	R$ 25.609,92			
49	54 a 58 anos	R$ 2.724,55	R$ 32.694,60			
50	59 anos ou mais	R$ 4.209,95	R$ 50.519,40			
Valor Estimado do Contrato período de 12 meses					R$ 19.227.540,56	

CLÁUSULA SÉTIMA
DO REAJUSTE

1. No caso de prorrogação deste contrato, os preços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, momento no qual, será apreciada a possibilidade da aplicação da variação do IPCA, item "Saúde e Cuidados Pessoais", subitem "Plano de Saúde", no período entre o mês básico da apresentação da proposta e o mês anterior ao reajuste, observando o interregno mínimo de 1 (um) ano, para compensar as perdas eventuais decorrentes de inflação nos preços de serviços de saúde.

1.1. Todas as mensalidades previstas no contrato, fixadas em moeda corrente do País, poderão sofrer reajuste financeiro anualmente, de conformidade com a variação do IPCA, item "Saúde e Cuidados Pessoais", subitem "Plano de Saúde" caso a sinistralidade calculada para o período seja maior ou igual a 70% (setenta por cento) e menor ou igual a 80% (oitenta por cento).

1.2. O reajuste técnico, ou por sinistralidade, poderá ser aplicado caso a sinistralidade calculada para o período seja menor que 70% (setenta por cento) ou maior que 80% (oitenta por cento).

1.3. O cálculo da sinistralidade no período observado irá considerar os meses os quais a severidade final já esteja formada, de fato ou através de estimativa de IBNR (sinistros ocorridos e não avisados), por data de realização do procedimento pelo usuário e será realizado da seguinte maneira:

$$\frac{\text{Sinistros realizados no período (S1 + S2 + S3 + S4)}}{\text{Total recebido no período}}$$

Legenda:

S1: Despesas assistenciais (honorários médicos + Diagnósticos + terapêuticos);

S2: Despesas hospitalares (Taxas + Diárias);

S3: Despesas de Materiais + Medicamentos + Órteses + Próteses;

S4: Despesas com reembolso.

2. A administração antes de conceder o reajuste poderá exigir que a contratada apresente planilha demonstrativa com a efetiva variação de seus custos ocorrida no período do reajuste proposto.

CLÁUSULA OITAVA
DO PAGAMENTO

1. O pagamento do objeto do presente contrato será efetuado mensalmente, até o 8º (oitavo) dia útil, a partir da atestação da(s) nota(s) fiscal(is) pelo servidor responsável,conforme descrito no Capítulo 4 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, mediante depósito bancário em conta da **CONTRATADA**, observado o disposto na Lei n.º 9.430/1996, e a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei n.º 8.666/1993.

1.1. O servidor responsável pelo atesto da nota fiscal terá o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para fazê-lo, contando-se esse prazo a partir de seu recebimento.

1.2. O pagamento a ser efetuado em favor da **CONTRATADA**, estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos

legais.

1.3. O TSE verificará a permanência da **CONTRATADA** no Simples Nacional, conforme declaração de que trata o item 6.1 do Capítulo XI do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexará cópia da consulta ao contrato ou à documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a **CONTRATADA** informar qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional.

2. A **CONTRATADA** deverá apresentar notas fiscais/faturas correspondentes aos serviços prestados, acompanhada da listagem atualizada dos beneficiários cadastrados, constando os seguintes itens: nome e matrícula do titular e respectivos dependentes, data de nascimento e o plano em que estão inscritos, bem como, trimestralmente, extratos de utilização do plano por especialidade e titular e relatórios de sinistralidade, observado o sigilo médico, conforme consta do item 5.1.9 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018.

3. Na fase de liquidação e pagamento da despesa deverá ser verificada pela área competente a regularidade fiscal da contratada perante a Seguridade Social, Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e, ainda, perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

4. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

4.1. Eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da **CONTRATADA** (matriz/filial), encarregada da execução do contrato, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

5. Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TSE, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = 0,0001644 - índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado:

I = (6/100)/365.

CLÁUSULA NONA
DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente dos serviços objeto deste contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União, para o exercício de 2018, no Elemento 33.90.39.50 – Serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais – do PROGRAMA 02.301.0570.2004.0001 – Assistência Médica e Odontológica, compromissada, neste exercício, pelas Notas de Empenho nº 2018NE000594, de

13/03/2018, no valor de R$ 3.265.384,38 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos) e 2018NE000595, de 13/03/2018, no valor de R$ 1.207.744,91 (um milhão, duzentos e sete mil, setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e um centavos).

CLÁUSULA DEZ
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, caso a **CONTRATADA** descumpra total ou parcialmente o objeto contratado, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará sujeita às seguintes penalidades:

1.1. advertência;

1.2. multa;

1.3. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

2. Será aplicada a penalidade descrita no subitem **1.3** à **CONTRATADA** que:

2.1. ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;

2.2. falhar ou fraudar na execução do contrato;

2.2.1. Para efeito de aplicação do disposto no subitem 2.2 desta Cláusula, será considerada falha na execução do contrato os casos de inexecução total, e os de inexecução parcial que resultem na rescisão contratual.

2.3. comportar-se de modo inidôneo;

2.4. fizer declaração falsa; ou

2.5. cometer fraude fiscal.

3. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, as sanções previstas nos subitens **1.1** e **1.3** poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, juntamente com as multas convencionais e de mora, podendo estas serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados, após o encerramento do procedimento de apuração de penalidades, e quando cabível, sem prejuízo do ressarcimento dos danos causados à Administração e das demais cominações legais.

3.1. Para efeito de aplicação das penas de advertência e multa, às infrações são atribuídos graus, conforme as Tabelas 1 e 2 a seguir:

GRAU	**CORRESPONDÊNCIA**
1	Advertência
2	0,15% sobre o valor mensal do contrato
3	0,30% sobre o valor mensal do contrato
4	0,50% sobre o valor mensal do contrato
5	0,80% sobre o valor mensal do contrato
6	0,2% sobre o valor da garantia contratual ou de sua complementação, se for o caso.

ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital de Licitação TSE nº 6/2018 e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência até o máximo de 5 (cinco) ocorrências.	1
2	Atrasar a entrega de carteiras provisórias ou de carteiras definitivas conforme estabelecido no item 5.1.3 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, sem justificativa, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias.	2
3	Deixar de responder os questionamentos do TSE no prazo estipulado no item 5.1.15 do	2

	Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, limitada sua aplicação a 10 (dez) dias até o máximo de 5 (cinco) ocorrências.	
4	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital de Licitação TSE nº 6/2018 e seus anexos não previstos nesta tabela de multa, após **reincidência** formalmente notificada pelo fiscal do contrato, por ocorrência, limitada sua aplicação até o máximo de 5 (cinco) ocorrências.	3
5	Deixar de manter preposto durante a execução do contrato, conforme item 5.1.8 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, salvo por motivo de força maior, limitada sua aplicação até o máximo de 5 (cinco) ocorrências.	3
6	Deixar de colocar à disposição do TSE um sistema informatizado que possibilite, via internet, o encaminhamento da movimentação diária e mensal dos beneficiários, por ocorrência, limitada sua aplicação até o máximo de 5 (cinco) ocorrências.	3
7	Deixar de manter a rede de atendimento credenciada, referenciada ou própria em número igual ou superior ao apresentado no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE n° 6/2018, e, caso haja descredenciamento de qualquer profissional, hospital, casa de saúde, clínica, laboratório ou centro radiológico, deixar de credenciar outro de mesmo porte e com a mesma capacitação técnica, abrangência e número de leitos, segundo os critérios estabelecidos pela ANS, conforme estabelecido no item 5.1.7 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE n° 6/2018, por ocorrência, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) ocorrências.	4
8	Atrasar os prazos relativos à autorização de exames e procedimentos eletivos previstos na legislação vigente, por ocorrência, limitada sua aplicação até o máximo 30 (trinta) ocorrências.	4
9	Deixar de providenciar a correção das deficiências apontadas pelo TSE no prazo estipulado pelo item 5.1.16 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, por dia e por ocorrência, limitada sua aplicação a 5 (cinco) dias por ocorrência e/ou 5 (cinco) ocorrências.	5
10	Deixar de garantir a continuidade dos serviços que vinham sendo prestados pela anterior contratada, conforme item 5.1.5 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, por ocorrência, limitada sua aplicação a 1 (uma) ocorrência.	5
11	Deixar de assegurar aos beneficiários do **CONTRATANTE,** sempre que houver indisponibilidade de leito nos hospitais ou clínicas próprias ou credenciados da **CONTRATADA**, acomodação em outro estabelecimento de qualidade igual ou superior, sem ônus adicional, por ocorrência, limitada a sua aplicação a 1 (uma) ocorrência.	5
12	Deixar de assegurar a remoção do beneficiário hospitalizado, nos termos do item 5.1.11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 6/2018, por dia e por ocorrência, limitada sua aplicação até o máximo de 2 (dois) dias por ocorrência e/ou 3 (três) ocorrências.	5
13	Deixar de manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, por ocorrência, limitada sua aplicação a 3 (três) ocorrências.	5
14	Deixar de informar à seguradora ou fiador sobre qualquer alteração contratual que implique sua cobertura pela garantia contratual apresentada.	6

4. Caso os limites máximos estabelecidos na tabela acima para aplicação de multa de mora sejam extrapolados, será configurada a inexecução parcial do contrato, com a aplicação de multa de 5% do valor total contratado e as consequências previstas em lei e neste instrumento contratual.

5. Caso a **CONTRATADA** não inicie a execução dos serviços quando convocada e nas condições avençadas, ficará sujeita à multa de mora de 1% (um por cento), sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 3 (três) dias corridos. Após o 3º (terceiro) dia, a Administração poderá tomar as seguintes medidas:

5.1. Os serviços poderão ser recusados, configurando-se, nesta hipótese a inexecução total do objeto, com aplicação da multa de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no instrumento contratual.

5.2. Presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a continuidade da execução dos serviços. Nesta hipótese, além da multa de mora, a **CONTRATADA** estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, a título de inexecução parcial, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesse instrumento contratual.

6. As multas de mora, e convencional por inexecução parcial, quando aplicadas de forma isolada ou concomitante em razão do inadimplemento, não ultrapassarão o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato celebrado.

7. A não observância do prazo para apresentação da garantia contratual, conforme previsto na Cláusula Onze deste contrato, acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para comprovar a prestação da garantia, autorizará a Administração a promover a retenção, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, para suprir a falta, sem prejuízo das sanções contratuais.

7.1.1. A retenção não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

7.1.2. A **CONTRATADA** poderá, a todo tempo, substituir a retenção por qualquer das modalidades de garantia previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

7.2. Nos casos de atraso na apresentação da complementação da garantia contratual em decorrência do acréscimo contratual, da prorrogação ou da insuficiência da garantia, a base de cálculo para incidência da multa será o valor sem cobertura.

8. Na aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula a Autoridade Competente poderá considerar, além das previsões legais, contratuais e dos Princípios da Administração Pública, as seguintes circunstâncias:

8.1. a natureza e a gravidade da infração contratual;

8.2. a vantagem auferida pela contratada em virtude da infração;

8.3. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

8.4. os antecedentes da **CONTRATADA**.

9. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela contratada, ficando a aceitação da justificativa a critério do TSE.

10. Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

11. O **CONTRATANTE** promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à **CONTRATADA**.

12. O período de atraso será contado em dias corridos.

13. Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, aplicando-lhes, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

14. Os atos administrativos de aplicação das sanções, com exceção de advertência e multas de mora e convencional, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA ONZE
DA GARANTIA CONTRATUAL

1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a **CONTRATADA** apresentará no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrega da via assinada do contrato ou termo aditivo pelo TSE, comprovante de prestação da garantia no valor de R$ 961.377,03 (novecentos e sessenta e um mil, trezentos e setenta e sete reais e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

1.1. Nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, o prazo de validade deverá ser superior ao da vigência do contrato em pelo menos 3 (três) meses, de sorte a contemplar tempo hábil para verificação do adimplemento contratual.

a.1) Nessas modalidades a garantia deverá contemplar obrigatoriamente todos os eventos indicados no item 4 deste Capítulo.

a.2) O termo final da vigência da apólice ou da fiança bancária será suspenso a partir da comunicação feita à seguradora ou à instituição bancária do evento ocorrido na execução do contrato, que possa ser objeto de cobertura pela garantia, e enquanto necessário à solução final sobre a indenização.

1.2. A caução em dinheiro deverá ser efetuada em banco oficial, em conta específica, a benefício do TSE. O valor depositado deverá ser corrigido monetariamente.

2. Nos casos de alteração ou de prorrogação da vigência do contrato, e ainda por qualquer motivo que o tornar insuficiente, o valor da garantia deverá ser ajustado à nova realidade, seguindo os mesmos parâmetros utilizados na contratação.

2.1. A base de cálculo para incidência da multa, caso haja atraso na complementação da garantia, será o valor sem cobertura em razão do acréscimo contratual, da prorrogação ou da insuficiência da garantia.

3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá assegurar o pagamento de:

3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

3.2. Sanções pecuniárias aplicadas à **CONTRATADA**;

3.3. Prejuízos causados ao TSE por culpa ou dolo de representantes, prepostos e empregados da **CONTRATADA**;

4. A garantia somente não será executada nas seguintes hipóteses:

4.1. Caso fortuito ou força maior.

4.2. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos exclusivamente imputados à Administração.

4.3. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

5. Para efeitos da execução do seguro-garantia ou da fiança bancária, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo TSE à Instituição Garantidora dentro do respectivo prazo de vigência.

6. A garantia ou a parte remanescente será devolvida à contratada após comprovado o cumprimento integral das obrigações contratuais.

7. A garantia será considerada extinta com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de

garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

CLÁUSULA DOZE
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos administrativos concernentes ao presente contrato cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TREZE
DA RESCISÃO

O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato, sem prejuízo das penalidades contratuais ou legais, no caso de sua inexecução total ou parcial ou nos demais previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, e ainda no caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, assim como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

CLÁUSULA QUATORZE
DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINZE
DA VIGÊNCIA E DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência a partir de 1º/5/2018 e duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA DEZESSEIS
DO FORO

O foro da Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para solucionar conflitos de interesses entre as partes relativos ao presente contrato.

CLÁUSULA DEZESSETE
DA PUBLICIDADE

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, correndo as despesas por conta do **CONTRATANTE**.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Brasília/DF, de 17 ABR 2018 de 2018.

Rodrigo Curado Fleury

Diretor-Geral

Glaciene Bandeira Serra

Procuradora

Lisandre Paulo e Leitão

Procuradora